

A construção teórica de um programa voltado para a população LGBTQIAPN+ pelo viés da Competência em Informação: o PDCIn-LGBTQIAPN+

André Luiz Avelino da Silva¹
Elizete Vieira Vitorino²

Resumo: Na sociedade brasileira, grupos sociais minorizados, tais como povos indígenas, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, população negra etc., podem sofrer com o preconceito e, ou discriminação por não estarem dentro de padrões e normas sociais impostos socialmente. Nessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo a materialização teórica de um Programa de Desenvolvimento da Competência em Informação com foco nas pessoas LGBTQIAPN+, no intento de contribuir com discussões e debates para futuras práticas. A metodologia, de abordagem qualitativa, consiste em pesquisa exploratória, bibliográfica e documental. O programa delineado neste trabalho - Programa de Desenvolvimento da Competência em Informação com foco nas pessoas LGBTQIAPN+ - é inédito no Brasil, além de somar em esforços para a redução de desigualdades sociais, bem como o combate à vulnerabilidade social, por meio da via educacional e informacional. Espera-se que seja possível gerar inquietações para que futuras pesquisas e práticas sejam realizadas com este propósito.

Palavras-chave: Competência em Informação; Educação; Cidadania; Ciência da Informação; População LGBTQIAPN+.

¹ Doutorando e Mestre em Ciência da Informação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PGCIN, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. E-mail: silva.andre@posgrad.ufsc.br.

² Professora Titular na Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-Doutora pela Faculdade de Letras, da Universidade do Porto, de Portugal, e Pós-Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Doutora e Mestra em Engenharia de Produção – UFSC. Graduação em Biblioteconomia – UFSC. E-mail: elizete.vitorino@ufsc.br.

A Ciência da Informação (CI) é uma área construída por influências e contribuições de diversas áreas – Matemática, Documentação, Biblioteconomia, Computação, Sociologia, Filosofia etc. – com perspectivas de vários países e impactada por questões históricas – como a Segunda Guerra Mundial – ao decorrer de seu desenvolvimento (Ortega, 2009). Essa diversidade tornou a área multidisciplinar, com a possibilidade de estudos de outros campos para serem utilizados em novas pesquisas.

Dessa forma, assim como a CI tem como um de seus objetos a informação – desde propriedades gerais, natureza, gênese e efeitos (Le Coadic, 1996), a Competência em Informação também compartilha deste objeto, ao menos a informação, onde seu campo se encontra na CI. Quanto ao significado da Competência em Informação, Zattar (2017) afirma que ela está relacionada com a descoberta de uma necessidade de informação, a partir disso inicia o processo de busca, de avaliação crítica para que a pessoa saiba utilizar a informação em sua demanda.

O viés social da Competência em Informação fez com que fosse possível pesquisas e estudos direcionados para os grupos sociais minorizados, pesquisas com intuito de pensar formas de como a informação poderia ser pensada a partir da mitigação da vulnerabilidade social (Righetto; Vitorino; Muriel-Torrado, 2018). Nesse sentido, o viés técnico fica de lado para dar espaço para o social, pensando questões de cidadania, justiça social e combate às desigualdades sociais existentes no Brasil.

Por conseguinte, a população LGBTQIAPN+³ é um dos grupos sociais minorizados na qual a Competência em Informação pode ser trabalhada para contribuir com redução de possíveis vulnerabilidades sociais, levando em conta o contexto de preconceito e discriminação que esse grupo minorizado sofre, como apresentado em

³ Neste trabalho adotaremos a sigla LGBTQIAPN+, que se refere a pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans (transexuais, travestis, transmasculinas, homens trans), Queer, Intersexos, Assexuais, Pansexuais e Não-binárias, o símbolo de mais para identificar que há outras orientações sexuais, identidades de gênero e outras possibilidades de existir. Não sendo intenção deste trabalho discutir a construção da sigla ou entrar em debates sobre qual uso. Ao utilizar referências iremos respeitar a sigla utilizada pelas pessoas/instituições.

relatórios de ONGs LGBTQIAPN+ que trazem o contexto de violência que essas pessoas sofrem. O Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ apresentou dados estatísticos referente ao ano de 2023, na qual cerca de 230 pessoas LGBTQIAPN+ morreram vítimas de violências LGBTIfóbicas (Gastaldi, 2024).

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) também apresentou dados referente ao ano de 2023, com o recorte das pessoas trans, onde cerca de 145 pessoas trans perderam suas vidas vitimadas pela transfobia, machismo e LGBTIfobia (Benevides, 2024). Esses grupos sociais trazem dados estatísticos em razão do Estado brasileiro não ter qualquer política pública que mostre a realidade das pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil, os esforços coletivos e voluntários demonstram a necessidade e importância de que políticas públicas sejam criadas e implementadas direcionadas a essa população.

Posto isto, a criação de um programa voltado para essa minoria social pode contribuir com ações e práticas que as ONGs costumam fazer, neste caso, com o viés da Competência em Informação, embora a presente pesquisa seja teórica, espera-se que possa suscitar práticas futuras baseada na teoria.

A ideia deste trabalho surge a partir da inquietação das pessoas autoras em investigar na literatura se práticas materializadas em um Programa de Desenvolvimento da Competência em Informação já existia. A partir das pesquisas realizadas, não foram identificadas práticas nesse sentido. Há, portanto, uma necessidade de trabalhar para contribuir com o fomento da área sob o foco de programas de Competência em Informação para a população LGBTQIAPN+. Espera-se que futuramente seja possível pegar a base teórica construída para executar o programa, algo que ainda não foi possível.

Ademais, a justificava para o desenvolvimento dessa pesquisa ocorre como intento de gerar debates e discussões na área da Ciência da Informação e áreas que se relacionam, para que seja possível pensar práticas informacionais que contribuam com a

redução de desigualdades sociais que assolam grupos historicamente marginalizados, como o caso da população LGBTQIAPN+.

Diante do exposto, como questão-norteadora deste trabalho surge inquietação acerca de quais seriam os elementos que um Programa deve conter, com viés da Competência em Informação, focado na população LGBTQIAPN+, abarcando as atitudes, comportamentos, habilidades, conhecimentos e valores?

A presente pesquisa se pautou no viés social, tendo em vista a intenção de trazer discussões acerca dos grupos sociais minorizados, aqui a população LGBTQIAPN+, para a universidade de modo que seja possível gerar inquietações e, consequentemente, gerar conscientização na instituição acerca dos temas abordados aqui. Tal como o intuito de uma devolutiva à sociedade, tendo em vista a caracterização de uma estrutura de um programa voltado para as pessoas LGBTQIAPN+ pelo viés da Competência em Informação. Ademais, além do que já foi exposto, outra razão para trazer esse grupo social minorizado para a pesquisa acadêmica, ocorre em razão de uma das pessoas pesquisadoras fazer parte dessa população.

O objetivo deste artigo⁴ é apresentar de forma teórica um Programa de Desenvolvimento da Competência em Informação para a População LGBTQIAPN+ (PDCIN-LGBTQIAPN+), de maneira a contribuir com o campo da Ciência da Informação e Competência em Informação com questões acerca do gênero e sexualidade na área.

⁴ Este trabalho faz parte da dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no segundo semestre de 2023.

Competência em Informação: contextualização e conceituação

O termo Competência em Informação vem do inglês, *Information Literacy*, mencionado pela primeira vez no Estados Unidos, na década de 1970, por Paul Zurkowski, em um relatório institucional sobre bibliotecas e seus serviços (Zurkowski, 1974). No contexto brasileiro, a partir dos anos 2000, começam pesquisas e estudos sobre esse conceito, com traduções diversas, “alfabetização informacional, competência informacional, letramento informacional, literacia informacional, fluência informacional, Competência em Informação (Vitorino; Piantola, 2019).

Neste trabalho a tradução adotada será “Competência em Informação”, seguindo a recomendação de Horton Junior (2013) que ressalta ser este termo o mais adequado ao contexto brasileiro, de acordo com o documento United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), com traduções da *Information Literacy* para cada país.

Nos últimos anos, a Competência em Informação recebeu atenção de diversas pessoas pesquisadoras, se no início de sua conceituação, nos anos 1970, ela era mais pensada a partir de um viés técnico, isso não é mais uma realidade, novas perspectivas foram pensadas e apresentadas.

Nessa perspectiva, nascem os estudos da Competência em Informação e suas dimensões, técnica, estética, ética e política (Vitorino; Piantola, 2011), reativadas por Vitorino e De Lucca (2020), estudos envolvendo a vulnerabilidade social (Righetto; Vitorino; Muriel-Torrado, 2018), grupos sociais minorizados, tais como a população trans (Righetto; Vitorino, 2019) e população LGBTQIAPN+ (Silva; Valério, 2020), a perspectiva com viés dando ênfase na questão crítica, materializado na obra sobre a Competência Crítica em Informação de Bezerra e Schneider (2022), mas não são os únicos, diversos outros trabalhos pensando perspectivas sociais, envolvendo bibliotecas públicas, universitária, escolar, outras direcionadas à cidadania (Belluzzo, 2021), justiça social (Silva; Garcêz; Fevrier; Alves, 2022), entre outras.

Por conseguinte, a Association of College e Research Libraries - ACRL (2016) define a Competência em Informação como um agrupamento de habilidades que irão auxiliar que as pessoas ao ter uma necessidade informacional, saberá como recorrer a instrumentos e ferramentas úteis para a descoberta dessas informações, além disso, o pensamento crítico e reflexivo é acionado desde o primeiro momento da descoberta da necessidade informacional até o encontro dessas informações, de modo a saber como utilizá-las para satisfazer/atender a demanda da pessoa (ACRL, 2016).

Nesse sentido, Dudziak (2003) ressalta que a Competência em Informação atua no aprendizado ao longo da vida, de modo que a pessoa saiba acionar as suas habilidades para a busca por informações, tal como Zattar (2017) que também menciona esse rol de habilidades, além de apontar para saber encontrar recursos que irão auxiliar na busca, no acesso e na avaliação da informação, ligada ao pensamento reflexivo.

No que diz respeito à importância sobre a Competência em Informação na sociedade, a Declaração de Alexandria afirma que ela engloba um conjunto de habilidades. Parte-se geralmente de uma necessidade informacional: saber onde encontrar a informação, saber avaliar de forma crítica para que seja possível aplicar a mesma onde ela é necessária até criar informações que sejam pertinentes para determinados contextos culturais, pessoais, profissionais e sociais de cada pessoa (National Forum On Information Literacy, 2005).

Em vista disto, o documento esclarece que a Competência em Informação é capaz de promover a inclusão social em todas as nações em que ela possa ser desenvolvida, uma vez que são as pessoas que a fazem acontecer. Nesse sentido, ela “vai além das tecnologias atuais para abranger o aprendizado, o pensamento crítico e as habilidades interpretativas cruzando as fronteiras profissionais, além de capacitar indivíduos e comunidades” (National Forum On Information Literacy, 2005, p. 1).

No Manifesto de Florianópolis, as participantes (pessoas bibliotecárias, profissionais da informação, entre outras) apontam sobre a importância da Competência em Informação, especificamente com foco nas populações vulneráveis e grupos sociais

minorizados. Também alertam que a sociedade civil organizada e os órgãos governamentais precisam se mobilizar e desenvolver ações que envolvam a Competência em Informação para o exercício da cidadania, tendo em vista que ela “é um fator crítico e condicionante ao desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil na contemporaneidade” (Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições, 2013, p. 1).

Além disso, o documento afirma que os profissionais possuem responsabilidade, pois podem promover as mudanças e transformações, bem como a conscientização e sensibilização acerca da relevância que a Competência em Informação possui. Assim como o combate às fakes news e desinformação, é necessário voltar a atenção para a educação e capacitação no que diz respeito ao acesso e uso da informação, com a importância de avaliar a qualidade da informação e sua disseminação nos variados contextos, e assim por diante (Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições, 2013).

Posto isto, é ressaltado a necessidade da criação de uma legislação específica para a informação é necessária, levando em conta as populações vulneráveis e minorizadas, se atentando para as demandas de cada contexto, responsabilidade apontada para o setor público e instituições governamentais, assim como a importância de preparar todas as pessoas que trabalham nessas instituições (públicas/governamentais) para atender os grupos sociais vulneráveis que o manifesto aponta, sob o viés da Competência em Informação (Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições, 2013). Dessa forma, o manifesto ressalta ser necessária a “Criação de voluntariados de distintas especialidades para informar ao público diverso em questões atuais e importantes em vários âmbitos: **saúde, educação, política, trabalho, segurança e outros**” (Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições, 2013, p. 2, grifo nosso).

A Carta de Marília também aponta diretrizes que possam focar nas áreas de educação, ciência e tecnologia, profissional, bem como o envolvimento de todas as camadas que abarcam o Estado e a sociedade civil organizada. Por conseguinte, evidencia-se a importância do desenvolvimento da Competência em Informação entrelaçada com o exercício da cidadania e os direitos humanos, tendo em vista que assim é possível trabalhar em prol das reduções de desigualdades sociais (Seminário de Competência em Informação, 2014).

Para isso, a Carta de Marília defende uma rede de colaboração entre as instituições que trabalham com a informação, assim como aquelas que trabalham na perspectiva dos direitos humanos, educação e cidadania, para que estes ambientes fomentem a aprendizagem, pelo viés da Competência em Informação (Seminário de Competência em Informação, 2014).

Destarte, estudos e pesquisas acerca da Competência em Informação apontam para a necessidade de se trabalhar esse conjunto de habilidades voltado para aspectos de inclusão social, justiça social, focando em grupos sociais minorizados vulneráveis, bem como seu desenvolvimento em conjunto com a educação, de modo a contribuir para o aprendizado ao longo da vida. Assim, nos últimos anos, uma parte das pessoas pesquisadoras têm pensado a partir de um viés inclusivo, no sentido de se pensar formas de contribuir academicamente com este campo da Competência em Informação, com foco em grupos sociais minorizados, de maneira que seja possível pensar práticas a partir de tais estudos.

População LGBTQIAPN+: existências de resistências

Na sociedade pessoas diferentes podem sofrer com preconceitos e discriminações, a norma busca enquadrar todos numa mesma caixinha na qual se você está fora dela, sofrerá consequências. Isto ocorre com diversos grupos sociais minorizados, seja povos indígenas, população negra, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas

com deficiência, cada uma com suas particularidades e com questões próprias que podem fazer com que sofram determinados preconceitos em sociedade.

Ao que se refere a população LGBTQIAPN+, estas sofrem devido ao preconceito que a sociedade tem por essas pessoas não se enquadarem no padrão imposto socialmente, ou seja, fogem do padrão heteronormativo, que de acordo com Lages, Duarte e Araruna (2021) diz respeito às normas sociais de que todas as pessoas devem seguir uma mesma orientação sexual, no caso, a heterosexual, sendo esta a única aceitável e considerada “normal”.

Por conseguinte, além deste, há outra norma social que se refere a identidade de gênero, na qual aquelas pessoas que não se encaixam no padrão cisgênero – termo utilizado para aquelas pessoas que não se identificam com o gênero atribuído a elas muito antes do nascimento, durante a gravidez onde há uma projeção se será “menino ou menina”, reforçando essa norma social no nascimento e demais convenções sociais, como chá de revelação, por exemplo (Reis, 2018; Santana, 2019) – também sofrem com a LGBTIfobia.⁵

Em razão do preconceito vivenciado por essa população, muitas pessoas podem sofrer diversas violências, desde físicas, psicológicas, emocionais, verbais etc., seja no início de suas vidas até a fase adulta, impactando diretamente em suas vivências. Essas violências podem ser desde piadas preconceituosas, xingamentos, discurso de ódio, agressões físicas, em casos extremos podendo ser materializado pelos assassinatos (Gastaldi, 2024).

Nessa perspectiva, a população LGBTQIAPN+ pode sofrer com a vulnerabilidade social, Sousa e Farias (2020) ao trazerem este conceito, afirma que há abordagens diversas e os significados podem variar, entretanto, afirmam que para uma pessoa ou população possa ser caracterizada em situação de vulnerabilidade social, deve estar suscetível a enfrentar uma condição de fragilidade, tanto em aspectos de direitos, saúde, econômicos etc.

⁵ Ódio, aversão, repulsa, preconceito e discriminação contra pessoas LGBTQIAPN+ (Reis, 2018).

Assim, Monteiro (2011) corrobora ao argumentar que a vulnerabilidade social passa a ser entendida não mais como uma condição de uma pessoa ou população específica, mas “como construção social, enquanto produto das transformações societárias, assumindo diferentes formas de acordo com os condicionantes históricos” (Monteiro, 2011, p. 34). A exclusão gerada na sociedade é formada por diversos fatores que desencadeiam a vulnerabilidade social, como a impossibilidade de acesso a uma vaga de emprego, por conseguinte, não ter renda fixa, dificultando a compra de alimentos e garantia de moradia. Em linhas gerais, não possuir recursos básicos que garantam a sobrevivência.

O conceito da vulnerabilidade social é apontado por Teixeira (2016) como em construção devido à sua complexidade na área das ciências sociais e humanas. Trata-se de um termo que surge após o conceito da exclusão social, estando interligado a este último, uma vez que influencia para que uma pessoa se encontre em vulnerabilidade social.

Assim, compreendendo a complexidade que envolve a vulnerabilidade social que afeta a população LGBTQIAPN+, ressalta-se que o Estado brasileiro não possui políticas públicas que revelam as estatísticas de violências contra essas pessoas. Em razão disso, a sociedade civil organizada, corporificada nas Organizações Não Governamentais (ONGs), produz em um esforço coletivo documentos que demonstram as violências que essa população sofre no Brasil.

A partir de 2020, foi criado e lançado o Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil, compilado pelos grupos de ativismo Acontece Arte e Política LGBTI+ e GGB. Já nos anos de 2021 e 2022, o Observatório seguiu com a compilação dos grupos Acontece Arte e Política LGBTI+ junto da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), trazendo os dossiês de Mortes e Violências contra LGBTQIAPN+ no Brasil.

No ano de 2020, ocorreram 237 mortes de pessoas LGBTQIAPN+, seguido pelo ano de 2021, com 316 mortes, em 2022 tiveram 273 mortes e em 2023, cerca de 230 pessoas morreram (Gastaldi, 2024). Dados estes que podem ser maiores, pois há subnotificação, há uma dificuldade em mapear essas violências que a população LGBTQIAPN+ sofre, muito em razão de invisibilidade, falta de políticas públicas, ausência de interesse do poder público, entre outras questões.

As opressões e violências que essa população sofre não ocorrem somente em território brasileiro. Gorisch (2014), ao relembrar o momento histórico em que a Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece os direitos LGBTQIAPN+ como direitos humanos, traça um paralelo com diversos casos ao redor do mundo sobre a realidade que essas pessoas vivem.

Os casos elencados por Gorisch (2014) foram todos julgados em Cortes de Direitos Humanos, a saber: na Corte Europeia de Direitos Humanos, Jeff Dudgeon, entrou com uma reclamação na Comissão Europeia de Direitos Humanos, em 1975, devido à discriminação por orientação sexual, na qual policiais o interrogaram sobre suas práticas sexuais. À época, as práticas homossexuais eram criminalizadas, sendo punidas com detenção de 2 a 10 anos de prisão, ou até mesmo prisão perpétua. Em 1979, a Comissão encaminhou para a Corte a reclamação de Jeff, e somente em 1981 a Corte votou favorável a Dudgeon. Por 15 votos a favor e 4 contra, foi considerado que a Irlanda do Norte estava violando os Direitos Humanos (Gorisch, 2014).

Outro caso emblemático foi de Alexander Modinos contra o Chipre, que possuía lei antissodomia, e violava os Direitos Humanos. Modinos entrou com a reclamação em 1989 na Corte Europeia de Direitos Humanos, sendo ouvido em 1992. Por 8 votos a 1 — sendo o voto contra da pessoa que representava o Chipre —, decidiram que o Código Penal do Chipre deveria mudar, de modo a não criminalizar condutas homossexuais (Gorisch, 2014).

Além dos casos citados, Gorisch (2014) também descreve o caso de David Norris contra a Irlanda, no qual a Suprema Corte foi contrária a Norris, fazendo com

que recorresse à Corte Europeia de Direitos Humanos. Nesse caso, o requerente ficou tão abalado devido à discriminação que sofreu e pelo processo em si, que chegou a ser internado após passar por estresse profundo. Mesmo com a Corte tendo sido favorável no fim do caso, o abalo mental foi tanto que os médicos recomendaram que Norris mudasse de país para poder ter uma vida feliz.

Por conseguinte, Silva (2018) relata o caso de Salgueiro da Silva Mouta contra Portugal, no qual o homem havia se casado com uma mulher em 1983, tendo uma filha em 1987, pedido separação em 1990, com divórcio sendo declarado em 1993. Após os acontecimentos relatados, Mouta estava vivendo com outro homem quando sua ex-esposa descobriu o fato e iniciou a alienação parental contra ele (Silva, 2018). A partir disso, houve novo processo na justiça para decidir a guarda da criança, pois a genitora estava descumprindo o acordo de visitas, além de não estar com a criança em sua casa, mas na casa da avó. Mouta perdeu o processo após a genitora acusá-lo de abuso sexual. No fim do processo, “[...] a decisão que prevaleceu mantinha a guarda com a genitora, fundamentando-se na homossexualidade do peticionário” (Silva, 2018, p. 73).

Após a decisão, Mouta entrou com processo na Corte Europeia de Direitos Humanos, na qual o caso foi julgado em 1999, sendo reconhecido de forma unânime que havia violação dos Direitos Humanos em razão de discriminação por orientação sexual (Silva, 2018).

No que diz respeito ao casamento homoafetivo, três casais entraram com ação contra a Itália, na Corte Europeia de Direitos Humanos, devido ao fato de a legislação italiana proibir o casamento ou qualquer tipo de união civil entre pessoas do mesmo sexo (Silva, 2018). Dessa forma, após os casais entrarem com ação na Corte, o resultado saiu em 2015, no qual a Corte foi favorável ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, julgando que as leis italianas estavam violando os Direitos Humanos, pois caracterizavam discriminação por orientação sexual (Silva, 2018).

Os casos apontados por Gorisch (2014) e por Silva (2018) demonstram que ao redor do mundo as pessoas LGBTQIAPN+ sofrem preconceitos e discriminações por suas sexualidades dissidentes, necessitando recorrerem a instâncias maiores, como o caso da Corte Europeia de Direitos Humanos, para que sejam resguardados seus direitos.

Na perspectiva do Regime Internacional dos Direitos Humanos, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou o documento “Nascidos Livres e Iguais”, no qual trata sobre identidade de gênero e orientação sexual (UNAIDS Brasil, 2013).

No documento, há cinco obrigações que os Estados precisam cumprir para a proteção dos Direitos Humanos das pessoas LGBTQIAPN+, sendo estes: proteger contra as violências; prevenir a tortura e o tratamento cruel, desumano e degradante; descriminalizar a homossexualidade (para os países que criminalizam a orientação sexual); proibir a discriminação com base na identidade de gênero e orientação sexual; e respeitar as liberdades de expressão, de associação e reunião pacífica (UNAIDS Brasil, 2013).

Anteriormente, em 2006, uma reunião entre especialistas, ocorrida em Yogyakarta, na Indonésia, estabeleceu 29 princípios a serem aplicados na legislação internacional de Direitos Humanos no que se refere às questões envolvendo a orientação sexual e identidade de gênero (ONU, 2007). Dentre os 29 princípios elencados no documento, cabe ressaltar alguns deles: princípio 2 – direito à igualdade e à não-discriminação; princípio 4 – direito à vida; 5 – direito à segurança pessoal; princípio 12 – direito ao trabalho; princípio 16 – direito à educação; princípio 17 – direito ao padrão mais alto alcançável de saúde (ONU, 2007).

Ademais, em meio as dificuldades e ausência de atuação do Estado, os movimentos sociais buscam realizar o enfrentamento aos preconceitos e discriminação que essa população sofre, em alguns casos, com apoio do Estado, exemplo disso é pontuado por Feitosa (2017) que traz o Centro Estadual de Combate à Homofobia - CECH, localizado em Pernambuco, traz serviços para a população LGBTQIAPN+,

sendo estes nas seguintes áreas: direito, saúde, social, educação e segurança. No direito há assistência e orientação jurídica; quanto à saúde, há atendimento psicológico que encaminha para as redes; na área social, há a assistência social que recebe e encaminha as denúncias para a proteção social do Estado.

Isto posto, Feitosa (2017) também relata os serviços voltados para a educação, nos quais se incluem cursos, oficinas, seminários, diálogos, campanhas, formações profissionais, entre outros que são desenvolvidos e ofertados no CECH. Nesse sentido, nota-se a importância do desenvolvimento de ações voltadas para a educação, tanto em sentido pedagógico, quanto de conscientização, de modo a combater os preconceitos e discriminações existentes na sociedade em relação à população LGBTQIAPN+.

Assim como Feitosa (2017) evidencia a importância dos movimentos sociais na participação democrática de políticas públicas e ações voltadas para a população LGBTQIAPN+, Canfield (2015) corrobora com isso ao trazer o contexto de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, a respeito destes grupos de ativismo. A autora aponta em seu livro discussões e tensões acerca dos movimentos sociais LGBTQIAPN+ da capital gaúcha, e elenca as ações, como campanhas de conscientização contra LGBTfobia, organização da Parada LGBTQIAPN+ da cidade, rodas de conversas, oficinas e formações etc.

Esse panorama, tanto apontado por Feitosa (2017) quanto por Canfield (2015), revela o protagonismo que a população LGBTQIAPN+ materializa ao se organizar politicamente em grupos de ativismo social, buscando reivindicar seus direitos, trazer conscientização e combater os preconceitos existentes.

Entretanto, os grupos de ativismo não são a única forma que as pessoas LGBTQIAPN+ buscam para se ajudarem e se protegerem. Duarte (2019) relata exatamente isto em sua pesquisa com um grupo de homens gays, acima dos 50 anos, na qual discute o processo de envelhecimento. O grupo composto por pouco mais de sete homens gays se reúne na casa de um dos integrantes, e dialogam sobre suas

sexualidades, seus amores, suas frustrações, diversões e planos futuros, como um grupo de amigos que buscam na amizade a proteção e afeto que não tiveram na sociedade.

Nessa perspectiva, percebe-se que a população LGBTQIAPN+, seja com apoio ou ausência do Estado, seja por meio de coletivos, grupos de afetos etc., estão sempre buscando formas de combater o preconceito, de resistir em meio as realidades nem sempre tão favoráveis, formas de lutar e reivindicar seus direitos.

Aspectos metodológicos

A presente pesquisa é exploratória, de abordagem qualitativa, de caráter bibliográfica e documental, utilizando as seguintes bases de dados: Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), Web of Science (WoS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos da CAPES, The Learn and Technology Library (LearnTechLib).

Na primeira etapa houve a determinação das palavras-chave, no segundo momento a busca nas bases selecionadas, em terceiro pré-seleção de conteúdo, em quarto a leitura do conteúdo selecionado, em quinto a seleção em si do conteúdo e por fim o uso do referencial teórico. Dentre os critérios de exclusão todo material que não aborde o tema da pesquisa foi descartado, artigos e trabalhos repetidos, artigos que não fossem de acesso aberto. Para inclusão dos materiais foram levados em consideração aqueles que são de acesso aberto e que debatem os temas objetos desta pesquisa.

Para as buscas foram usados os idiomas inglês, espanhol e português, além da utilização do booleano “*and*”, combinando termos da pesquisa, não houve delimitação temporal, mas em razão das buscas terem sido realizadas até o início do primeiro semestre de 2023, artigos e demais materiais publicados após isso não estão no escopo da pesquisa.

Dentre os termos utilizados, em português foram: Competência em Informação, Programa, atitudes, comportamentos, habilidades, valores, conhecimentos, Informação,

LGBT, LGBTI, LGBTQIA, combinando os termos entre si para alcançar resultados mais específicos. Quanto ao idioma inglês, foram utilizados os seguintes: *Information Literacy, Information, attitudes, behaviors, skills, values, knowledge, programme, program*, repetindo as mesmas siglas utilizadas no português.

Por fim, em espanhol foram realizadas buscas com as combinações dos termos: *alfabetización informacional, actitudes, comportamientos, habilidades, valores, conocimiento, programa, información*, e as siglas como anteriormente, LGBT, LGBTI e LGBTQIA.

Ademais, na pesquisa documental foram utilizados documentos de instituições brasileiras e internacionais e ONGs LGBTQIAPN+ que pudessem auxiliar no referencial do artigo.

Posto isto, no intento de somar a esse conjunto de formas de lidar com a LGBTIfobia, vulnerabilidade social e violências, partiremos para o último tópico deste artigo no qual será apresentado o PDCIn-LGBTQIAPN+, na qual traz os resultados desta pesquisa.

Resultados: a proposta de um Programa de Desenvolvimento da Competência em Informação para a população LGBTQIAPN+ o PDCIn-LGBTQIAPN+

Ainda que durante a pesquisa, não tenham sido identificados trabalhos que apontassem para práticas de Programa de Desenvolvimento da Competência em Informação para as pessoas LGBTQIAPN+, foram utilizados os resultados das buscas e respectivos documentos que abordam os temas aqui trabalhados para fundamentar o PDCIn LGBTQIAPN+.

Nesse sentido, a proposta aqui delineada com foco em populações vulneráveis, é relevante, pois apresenta a estrutura de um Programa que possibilita mitigar desigualdades sociais e a vulnerabilidade social. Tendo a população LGBTQIAPN+ como um grupo social minorizado que sofre preconceitos e discriminações na

sociedade, em razão de orientação sexual e identidades de gênero dissidentes, a perspectiva de um PDCIn para esse grupo pode contribuir para o combate às violências que essas pessoas sofrem na sociedade.

A Competência em Informação se expressa, portanto, como um conjunto de habilidades, que tem como início uma necessidade informacional, passando pela busca, avaliação crítica da informação para o seu uso (ACRL, 2016). Pode atuar contra a vulnerabilidade social, contribuindo para autonomia e exercício da cidadania (Righetto; Vitorino; Muriel-Torrado, 2018), bem como contribuir para o empoderamento de grupos sociais minorizados, no intuito de devolver a liberdade e promover a reintegração à sociedade (Righetto; Vitorino, 2019).

Portanto, como objetivo geral busca-se contribuir para o acesso de informações para a população LGBTQIAPN+, nos temas: saúde, educação, emprego, direitos e segurança. Como objetivos específicos, apresentam-se três: (a) propor ações destinadas ao acesso e uso de informações, com foco na Educação para Competência em Informação; (b) buscar desenvolver a Competência em Informação, pelo viés da Educação, para que as pessoas aprendam a aprender; (c) buscar promover espaços de aprendizagem, pelo viés da Educação para Competência em Informação, oportunizando a democratização do acesso e uso de informações para construção de conhecimentos úteis para o aprendizado ao longo da vida.

Nesse sentido, tal como o argumento de Demo (1996) acerca do processo de construção do conhecimento, um PDCIn pode propiciar um campo fértil para que o conhecimento venha a circular, uma vez que o saber precisa ser socializado, tendo um propósito social, como pontuado pelo autor. Posto isto, Vasconcellos (2004) corrobora com Demo (1996) ao afirmar que o processo de construção de conhecimento perpassa as relações sociais.

Por isso, as interações e compartilhamentos do conhecimento são importantes para o desenvolvimento humano, Vasconcellos (2004) argumenta que a construção do

conhecimento ocorre em algum momento com uma mediação social, nos mais variados graus, quanto menor a necessidade de mediação, maior é a autonomia da pessoa.

A partir disso, percebe-se que, nesse entendimento de Vasconcellos (2004), a criação de um PDCIn tem grande importância para que ocorra a mediação social e o processo de construção do conhecimento, de forma a contribuir com a autonomia para as pessoas envolvidas no Programa.

A importância do desenvolvimento de um PDCIn com foco na população LGBTQIAPN+ justifica-se pelo potencial de promover autonomia, independência e inclusão social. Parte integrante desse processo se manifesta na aquisição de habilidades, que estão englobadas na competência, tal como afirmam Ferreira (2003), Oliveira e Lacerda (2007) e Machado (2002). Além disso, tais habilidades podem ser aprendidas, conforme esclarecem Christenko, Martinaitis e Gausas (2020), Gasparini, Casoni e Alcará (2015) e Brandalise (2022).

Devido à vulnerabilidade em que essa minoria social se encontra, por meio de políticas públicas foram criados programas com foco nessas populações. Exemplos disso se expressam a partir do Programa Brasil sem Homofobia, criado pelo governo federal, no intuito de combater os preconceitos e promover inclusão social dessa população (Brasil, 2004). Em nível municipal, pode-se ilustrar tal fato com a criação do Programa TransCidadania, pelo governo de São Paulo (Pedra, 2020). O primeiro com foco na população LGBTQIAPN+ e o segundo com foco na população trans (transexuais, transgêneros, transmasculinos, travestis).

Ademais, ressalta-se os dados sobre as violências que as pessoas LGBTQIAPN+ sofreram no ano de 2023, na qual 230 foram mortas (Gastaldi, 2024), e no que se refere à população trans 145 perderam suas vidas (Benevides, 2024). Os relatórios apresentam uma realidade difícil, configurando-se com uma população que pode ficar em situação de vulnerabilidade social devido a LGBTIfobia.

Diante de dados tão cruéis com essa população, vítimas de violências, opressões, vulnerabilidades e assassinatos, percebe-se a importância e urgência em se trabalhar

ações que foquem nessas pessoas. Com intuito de promover inclusão, autonomia e independência, por meio da informação e educação, um PDCIn tem oportunidade de combater efeitos de violências que essas pessoas sofrem na sociedade, contribuindo para que essas estatísticas possam diminuir e auxiliar para que essa população consiga, por meio do acesso e uso da informação, na perspectiva da Educação para Competência em Informação, ter emancipação diante da sociedade.

Por conseguinte, o PDCIn tem como missão contribuir para democratizar o acesso às informações nos seguintes eixos: educação, saúde, segurança, emprego e direitos. Tudo isso em busca de promover autonomia pelo viés da Educação para Competência em Informação para população LGBTQIAPN+.

Nessa perspectiva, resgata-se os valores trabalhados por Camargo (2006), em que se afirma ser necessário que uma instituição tenha determinados valores como parte de sua missão para que, dessa maneira, desenvolva uma consciência crítica a respeito do meio social. Contribuindo, assim, para construir aspectos éticos ligados aos seguintes aspectos: honestidade, liberdade, respeito, veracidade, confiança, disciplina, solidariedade, espiritualidade, responsabilidade e justiça.

Diante disso, a proposta de construção de um PDCIn com foco na população LGBTQIAPN+ pauta-se nos valores que Camargo (2006) apresenta. Entende-se que estes são necessários para o desenvolvimento da ética e consciência crítica não só da instituição em que o PDCIn pode ser desenvolvido, mas também das pessoas.

As ações propostas para esse PDCIn-LGBTQIAPN+ nos cinco eixos temáticos listados no Quadro 1, foram criadas, inspirando-se nos eixos encontrados no Programa Brasil sem Homofobia, criado pelo Governo Federal (Brasil, 2004) e no Programa TransCidadania (Pedra, 2020), criado pelo Governo do Estado de São Paulo.

Quadro 1: Eixos Temáticos

Eixos para serem trabalhados no PDCIn-LGBTQIAPN+	
1	Informação para Saúde
2	Informação para Educação
3	Informação para Empregabilidade
4	Informação para Segurança
5	Informação para Direitos

Fonte: pessoas autoras, (2023).

Dessa forma, o eixo Informação para a Saúde apresenta sua relevância com base nos dados do Acontece Arte e Política LGBTI+ (Gastaldi, 2024), cujo relatório aponta que suicídios ocorrem entre as pessoas LGBTQIAPN+. Não somente isso, mas a própria dificuldade de acessar serviços de saúde que as pessoas trans enfrentam⁶, por exemplo.

O segundo eixo, Informação para a Educação, alicerça-se no fato de que as pessoas LGBTQIAPN+ são alvos de discriminações. Também têm seus rendimentos prejudicados ou acabam abandonando a escola ou faculdade; bullying e perseguições⁷ são algumas das situações que essa população sofre na sociedade.

Quanto ao eixo Informação para a Empregabilidade, sabe-se que as oportunidades de emprego para pessoas LGBTQIAPN+ são desiguais. Por conta disso, há barreiras para que consigam emprego formal — no caso das pessoas trans, muitas delas encontram-se na prostituição, devido à falta de emprego⁸.

⁶ BATISTA, Everton Lopes. Pessoas trans relatam barreiras no acesso a serviços de saúde. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 jun. 2021, 14h00. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/06/pessoas-trans-relatam-barreiras-no-acesso-a-servicos-de-saude.shtml>. Acesso em: 20 abr. 2023.

⁷ MATUOKA, Ingrid. **Centro de Referências em Educação Integral: notícias – reportagens**, Tremembé, SP, 28 jun. 2017. Alvos de discriminação e exclusão, alunos LGBTs contam o que esperam da escola. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/o-que-alunos-lgbts-querem-da-escola/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

⁸ MORAES, Guto; OLIVEIRA, Samantha. **Folha de Pernambuco**, Recife, 12 ago. 2019, 08h20. Os desafios enfrentados pelas pessoas LGBTI+ no mercado de trabalho brasileiro. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/os-desafios-dos-lgbtis-no-mercado-de-trabalho/113266/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

O eixo acerca da Informação para a Segurança tem grande importância, principalmente se levado em consideração dados estatísticos levantados pelo dossiê de mortes de pessoas LGBTQIAPN+ (Gastaldi, 2024; Benevides, 2024). As autoras revelam que dezenas de pessoas LGBTQIAPN+ são assassinadas no Brasil, em alguns casos o suicídio é outro problema apresentado nos dados, conectando-se à questão da saúde.

Diante do exposto, o eixo acerca da Informação para Direitos tem conexão direta com os demais eixos, pois as pessoas LGBTQIAPN+ nem sempre sabem que possuem direitos resguardados por lei. A própria questão da criminalização da LGTBIofobia, julgada pelo Supremo Tribunal Federal (Santana, 2019), resguarda um direito que perpassa as outras áreas, mas muitos desconhecem como fazer uso desse direito na prática.

Nessa perspectiva, a importância de trabalhar um PDCIn para as pessoas LGBTQIAPN+ nos eixos temáticos, pelo viés da Educação para Competência em Informação, busca contribuir para mitigar os efeitos nefastos e violentos que essas pessoas sofrem no dia a dia.

No intuito de alcançar os objetivos propostos para esse PDCIn-LGBTQIAPN+, algumas ações foram definidas para serem trabalhadas como metas. O primeiro eixo contemplado com as ações é o da Saúde, conforme mostra o Quadro 2.

Algumas ações a serem desenvolvidas podem ser planejadas a partir de sua duração, algumas podem ser pontuais, como oficinas, outras podem ter duração média, como roda de conversas, e alguns podem ser permanentes ou durarem um período maior, como projetos.

Quadro 2: Eixo 1

Duração	Eixo 1: Informação para Saúde	
	Ações	Objetivos
Longo prazo	Projeto acerca de cuidados em relação à saúde	Contribuir para o entendimento acerca das necessidades e cuidados em saúde
Médio prazo	Roda de conversas com especialistas sobre saúde mental	Criar espaço de compartilhamento de experiências e vivências acerca da saúde mental
Curto prazo	Oficina sobre o acesso à serviços de saúde ofertados pelo SUS	Promover autonomia no uso de serviços de saúde

Fonte: pessoas autoras, (2023).

Uma ação a longo prazo poderia ter várias atividades para serem desenvolvidas em um projeto contínuo, de modo a se atrelar ao objetivo proposto. Em cada uma das ações é possível se ramificar em outras atividades desde que esteja dentro do tema pensado. A saúde é uma das áreas mais importantes para todas as pessoas, não seria diferente para a população LGBTQIAPN+, entretanto, ressalta-se a vulnerabilidade social que impacta na falta de acesso a serviços de saúde – devido ao preconceito, por exemplo.

Quadro 3: Eixo 2

Duração	Eixo 1: Informação para Educação	
	Ações	Objetivos
Longo prazo	Projeto promovendo curso pré-vestibular	Auxiliar para que as pessoas LGBTQIAPN+ consigam acesso ao ensino superior
Médio prazo	Oficinas sobre pesquisas acadêmicas	Contribuir para o desenvolvimento de habilidades de pesquisa
Curto prazo	Palestras sobre Educação e seu papel emancipatório	Promover a valorização da Educação

Fonte: pessoas autoras, (2023).

Na perspectiva do Quadro 3, visa-se contribuir para o fomento de uma educação de qualidade, pelo viés da Educação para Competência em Informação, bem como desenvolver valores, contribuir para o aprendizado e aquisição de habilidades, bem

como a construção de conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento humano. Por conseguinte, proporcionar que as pessoas possam desenvolver autonomia e independência, facilitando o acesso à educação superior. Ainda mais considerando o contexto de bullying LGBTfóbico que as pessoas LGBTQIAPN+ sofrem em ambientes escolares, impactando no rendimento e até mesmo no acesso ao ensino superior em alguns casos (Ventimiglia; Menezes, 2020).

Quadro 4: Eixo 3

Duração	Eixo 1: Informação para Empregabilidade	
	Ações	Objetivos
Longo prazo	Projeto em parcerias com empresas promovendo capacitação	Aproximar empresas e o possível funcionário, além de promover treinamento
Médio prazo	Oficinas de capacitação	Promover treinamento adequado para determinada área
Curto prazo	Oficinas de criação de currículos e busca de vagas de empregos em sites	Contribuir para independência e autonomia na busca de emprego

Fonte: pessoas autoras, (2023).

O Quadro 4 propõe apropriar-se da Educação para Competência em Informação, com foco em atitudes e comportamentos, para conseguir promover independência e autonomia nas pessoas, bem como aproximar empresas dessas pessoas, no intuito de estabelecer oportunidades. Ainda que a Educação e a Informação por si só não sejam o suficiente para sanar todas as problemáticas das pessoas LGBTQIAPN+, ao buscar desenvolver um eixo temático com foco na empregabilidade, de modo que seja possível firmar parcerias com empresas para assim, buscar garantir ofertas de emprego para essas pessoas, é uma via que pode trazer resultados nesse aspecto.

Quadro 5: Eixo 4

Duração	Eixo 1: Informação para Segurança	
	Ações	Objetivos
Longo prazo	Criação de grupo de trabalho que promova a conscientização dos operadores de segurança acerca das violências que as pessoas LGBTQIAPN+ sofrem	Estabelecer relações com operadores de segurança para que eles possam trabalhar em cima dessas situações
Médio prazo	Projeto de um observatório de violências de uma dada região para reivindicar segurança junto ao Estado	Mapear violências, de modo a pressionar o Estado para garantir a segurança
Curto prazo	Oficinas e palestras acerca dos cuidados de segurança	Oficinas e palestras acerca dos cuidados de segurança

Fonte: pessoas autoras, (2023).

Uma das principais necessidades dessa população, é a questão da segurança, tendo em vista as estatísticas apontadas anteriormente. O Quadro 5 propõe pensar ações e projetos a fim de contribuir para a proteção, que é de grande importância. Mobilizar atitudes e comportamentos, bem como habilidades e conhecimentos para atingir esse objetivo, apropriando-se da Educação para Competência em Informação para o estabelecimento de tais ações. Aproximar ONGs LGBTQIAPN+ com Instituições de Segurança Pública, pode ser uma via na qual tais ações se tornem viáveis.

Quadro 6: Eixo 5

Duração	Eixo 1: Informação para Direitos	
	Ações	Objetivos
Longo prazo	Criação de um Comitê de Direitos Humanos para população LGBTQIAPN+	Contribuir para a socialização do conhecimento e conscientização
Médio prazo	Capacitação para o uso e acesso à serviços ligados as leis e direitos	Promover a autonomia e independência na busca pelos direitos
Curto prazo	Promover palestras e rodas de conversas que abordem os direitos de pessoas LGBTQIAPN+	Conscientizar acerca dos direitos existentes

Fonte: pessoas autoras, (2023).

Em muitos casos, as pessoas LGBTQIAPN+ não possuem conhecimento acerca das leis, ou seja, dos direitos existentes que as protegem e resguardam suas vivências. Nesse sentido, o Quadro 6 prospecta a promoção desse eixo a fim de promover a conscientização e promoção dos direitos, buscando internalizar atitudes e comportamentos, de modo que esses saberes sejam compartilhados para atribuir valores de pertencimento ao compreender que existe uma luta por trás de toda a construção desses direitos.

Ademais, ressalta-se que as características da Competência em Informação: atitudes, comportamentos, habilidades, valores e conhecimentos, são necessárias para o desenvolvimento do PDCIn-LGBTQIAPN+, assim, apontaremos brevemente cada uma destas.

As atitudes estão ligadas aos posicionamentos sobre algo que as pessoas irão ter, com base em opiniões, julgamentos e avaliações de mundo — processo adquirido por meio da socialização, sendo algo subjetivo que dá origem às ações, que podem ser influenciadas, aprendidas e sofrer mudanças, e influenciam nos comportamentos (Cavazza, 2008; Neiva; Mauro, 2011; Weiten, 2002; Rodrigues, 2012).

Por conseguinte, os comportamentos das pessoas que podem sofrer mudanças e influenciar as atitudes — um processo de constante interação ao contexto social —, interagem nas relações sociais, os fatores externos podem ocasionar mudanças, além de fazer parte de um processo histórico, social e cultural de cada pessoa (Weiten, 2002; Sampaio, 2005; Fonseca, 2008; Rodrigues, 2012).

Destarte, as habilidades que todas as pessoas podem desenvolver e aprender, onde há um processo de aprendizagem ligado ao desenvolvimento humano, que as interações sociais influenciam as habilidades, que estas são ligadas a processos cognitivos, mas também à linguagem e à comunicação, que se referem ao saber fazer, que se relacionam com capacidades, conhecimentos e comportamentos (Machado, 2002; Allessandrini, 2002; Brandalise, 2022; Zarifian, 2003).

Os valores que as pessoas possuem e fazem parte dos ideais pessoais e de uma sociedade, ligam-se aos princípios, se conectam com as ações e influenciam as atitudes e comportamentos, dão direcionamento para a vida e às ações que alguém possa ter, fazendo parte da cultura de uma sociedade, também exercem influência nas relações sociais e contribuem para o desenvolvimento do senso crítico (Camargo, 2006; Cavazza, 2008; Costa, 1999; Lacey, 1998; Kanaane, 2017).

Por fim, os conhecimentos das pessoas que passam pelo processo de construção, a partir de uma compreensão e assimilação de informações, sendo abstratos e subjetivos de cada pessoa, contribuem com a aquisição de habilidades tendo em vista que se relacionam com o saber fazer, bem como aprender a aprender, estão ligados com as relações sociais e comunicacionais, interagindo também com as atitudes, comportamentos e valores (Becker, 2001; Freire, 2021; Demo, 1999; Setzer, 1999; Vasconcellos, 2004, Zarifian, 2003; Demo, 1996, Becker 2012).

Tais características da Competência em Informação no PDCIn-LGBTQIAPN+ podem torná-lo mais robusto no momento em que tais questões são percebidas, evidenciadas e trabalhadas em prol do objetivo geral que busca contribuir para o acesso de informações para a população LGBTQIAPN+, nos temas: saúde, educação, emprego, direitos e segurança.

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo estruturar e apresentar, de forma teórica, um Programa de Desenvolvimento da Competência em Informação, com foco nas pessoas LGBTQIAPN+, de modo a contribuir com debates acerca da vulnerabilidade social e das violências que essas pessoas vivenciam. Em sendo assim, comprehende-se que há limitações no que se refere ao alcance da redução de desigualdades sociais, com base nas buscas realizadas não foram encontrados trabalhos que abordassem a construção ou até mesmo a prática de um PDCIn voltado para essa população.

Por conseguinte, foi possível perceber a lacuna quanto a este tema envolvendo a população LGBTQIAPN+, uma das razões que justificam a relevância de uma pesquisa trazendo a proposta de um PDCIn-LGBTQIAPN+. O desenvolvimento da Competência em Informação, pode ser um auxílio no que diz respeito ao acesso de informações necessárias para o conhecimento de direitos e, consequentemente, acessá-los, bem como exercício pleno da cidadania.

Ainda assim, é necessário pontuar que a Competência em Informação por si não irá solucionar os problemas de desigualdades sociais, tendo em vista o contexto brasileiro em que há diversos fatores que influenciam para esse problema. O preconceito e a discriminação enraizada na sociedade são uma das grandes questões que influenciam para que a população LGBTQIAPN fique em situação de vulnerabilidade social, desde fatores de ignorância, fake news, de fundamentalismo religioso, conservadorismo, em suma, a LGTBIofobia.

Existe a intenção de que o desenvolvimento da Competência em Informação, materializado por meio de um PDCIn-LGBTQIAPN+ que futuramente possa ser realizado em ONGs, bibliotecas, universidades ou outras instituições na qual o contexto seja propício para a sua execução do mesmo, tenha um potencial para contribuir com a redução de preconceitos, embora tenhamos a compreensão que o PDCIn-LGBTQIAPN+ não é solução para todos os males que essa população sofre, mas uma forma de contribuir com a mitigação destes.

Posto isto, a Educação para a Competência em Informação é uma forma de auxiliar no acesso à cidadania, direitos sociais, informações que contribuem de alguma maneira para o combate ao preconceito e a discriminação, em consonância com suas características, como as atitudes, comportamentos, habilidades, conhecimentos e valores podem tornar o PDCIn-LGBTQIAPN+ um programa mais robusto em sentido de compreender seu desenvolvimento e futura execução.

Ressalta-se que embora na Constituição Federal do Brasil, de 1988, todas as pessoas tenham o direito a acessar os direitos estabelecidos na Constituição, nem todas

conseguem alcançá-los – como a População LGBTQIAPN+. Nesse sentido, alguns direitos acabam sendo garantidos via Supremo Tribunal Federal – STF, como o caso da criminalização da LGBTIfobia, cabe destacar que é dever do Estado garantir os direitos e a segurança de todas as pessoas, sabemos que os movimentos sociais – como as ONGs LGBTQIAPN+ – são grandes protagonistas no que se refere a pressão social para fazer garantir esses direitos e que, como os programas, projetos e políticas públicas que são postos em prática graças ao diálogo com o Poder Público.

Por fim, no que se refere a iniciativas realizadas acerca de um PDCIn, em Santa Catarina ocorreu a criação e execução do primeiro, com seu desenvolvimento na Biblioteca Pública de Santa Catarina⁹, um projeto piloto foi realizado com público-alvo pessoas em situação de rua, pautando-se na Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas. No entanto, não foi encontrado na literatura nenhuma iniciativa visando a população LGTBQIAPN+, sendo este o primeiro, a ser pensado em teoria, esperamos que este trabalho possa colaborar de alguma forma com a execução de um PDCIn voltado para essas pessoas em um futuro próximo.

Referências

- ALLESSANDRINI, Cristina Dias. O desenvolvimento de competências e a participação pessoal na construção de um Novo Modelo Educacional. In: PERRENOUD, Philippe *et al.* **As competências para ensinar no século XXI:** a formação e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- Association of College & Research Libraries (ACRL). Framework for Information Literacy for Higher Education. Chigago: Association of College & Research Libraries (ACRL), 2016. Disponível em: <https://www.ala.org/acrl/standards/ilframework>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- BECKER, Fernando. **Educação e construção do conhecimento.** 2. ed. rev. ampl. Porto Alegre: Penso, 2012.

⁹ FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Notícias recentes**, Florianópolis, 09 jul. 2021. Biblioteca Pública de Santa Catarina entrega versão final do Programa de Desenvolvimento da Competência em Informação. Disponível em: <https://cultura.sc.gov.br/noticias/1424-noticias-biblioteca-publica-de-sc/23044-biblioteca-publica-de-santa-catarina-entrega-versao-final-do-programa-de-desenvolvimento-da-competencia-em-informacao>. Acesso em: 20 jun. 2024.

- BECKER, Fernando. **Educação e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- BELLUZZO, Regina Célia Baptista. O estado da arte da Competência em Informação no Brasil e o protagonismo científico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, n. esp. V Seminário de Competência em Informação, p. 01-12, 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1632/1262>. Acesso em: 15 jun. 2024.
- BENEVIDES, Bruna G. (Org.). **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2024.
- BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco (Orgs.). **Competência crítica em informação: teoria, consciência e práxis**. Rio de Janeiro, RJ: IBICT, 2022. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1200>. Acesso em: 11 jun. 2024.
- BRANDALISE, Giselly Cristini Mondardo. **Dimensões da internacionalização para a formação inicial de professores**: contribuições a partir de um cenário institucional. 2022. 254 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2022.
- BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.
- CAMARGO, Marculino. **Ética na empresa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- CANFIELD, Fernanda Ferreira. **O direito humano a (homo)afetividade e os movimentos sociais LGBT**. Curitiba: Appris, 2015. 194p.
- CAVAZZA, Nicoletta. **Psicologia das atitudes e das opiniões**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- CHRISTENKO, Aleksandr; MARTINAITIS, Zilvinas; GAUSAS, Simonas. Specific and general skills: concepts, dimensions, and measurements. **Competition & Change**, v. 24, n. 1, p. 44-69, jan. 2020. Disponível em: <https://journals-sagepub-com.ez46.periodicos.capes.gov.br/doi/epdf/10.1177/1024529419882554>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- COSTA, Geraldo Vieira da. **Cultura e valores organizacionais**. Florianópolis: Insular, 1999.
- DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- DEMO, Pedro. **Conhecimento moderno**: sobre ética e intervenção do conhecimento. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- DUARTE, Gustavo de Oliveira. **Entre armários e gavetas**: homossexualidade masculina e o processo de envelhecimento. Curitiba: Appris, 2019. 191p.

- DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, 2003. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1016/1071>. Acesso em: 15 jun. 2024.
- FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DE INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25.; SEMINÁRIO DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO, 2., 2013, Florianópolis. Manifesto de Florianópolis sobre a Competência em Informação e as populações vulneráveis e minorias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 25., *Anais* [...] Florianópolis: FEBAB. 2013. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4554>. Acesso em: 25 jun. 2024.
- FEITOSA, Cleyton. **Políticas Públicas LGBT e construção democrática no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017. 272p.
- FERREIRA, Danielle Thiago. Profissional da informação: perfil de habilidades demandadas pelo mercado de trabalho. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 42-49, jan./abr. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/z4jKRbRzYJLK9JR7QHVVYcL/citation/?format=pdf&language=pt>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- FONSECA, Vitor da. **Desenvolvimento psicomotor e aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 69. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
- GASPARINI, Zoraide Aparecida; CASONI, Clarice Luzia; ALCARÁ, Adriana Rosecler. Ações das bibliotecas universitárias de Londrina na pandemia Covid-19 e sua contribuição para a Competência em Informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, n. esp. V Seminário de Competência em Informação, p. 01-20, 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1649/1272>. Acesso em: 19 jun. 2024.
- GASTALDI, Alexandre Bogas Fraga (org.). **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil**: dossiê 2023. Florianópolis, SC: Acontece/ANTRA/ABGLT, 2024. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2024/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2023-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2024.
- GORISCH, Patricia. **O reconhecimento dos direitos humanos LGBT**: de Stonewall à ONU. Curitiba: Appris, 2014. 122p.
- HORTON JUNIOR, Forest Woody. Overview of information literacy resources worldwide. Paris: UNESCO, 2013. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/news/overview_info_literacy_resources.pdf. Acesso em: 17 jun. 2024.

- KANAANE, Roberto. **Comportamento humano nas organizações:** o desafio dos líderes no relacionamento intergeracional. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- LACEY, Hugh. **Valores e atividade científica.** São Paulo: Discurso Editorial, 1998.
- LAGES, Vitor Nunes; DUARTE, Evandro Piza; ARARUNA, Maria Leo. **Direitos trans no ensino superior:** as normativas sobre o Nome Social das Universidades Públicas Federais. Belo Horizonte: Dialética, 2021. 328p.
- LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação.** Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996. 115p.
- MACHADO, Nilson José. Sobre a idéia de competência. In: PERRENOUD, Philippe *et al.* **As competências para ensinar no século XXI:** a formação e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 17, n. 2, p. 29-40, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/695/619>. Acesso em: 1 jun. 2024.
- MOZDZENSKI, Leo. **Outvertising:** a publicidade fora do armário. Curitiba: Appris, 2020. 397p.
- NATIONAL FORUM ON INFORMATION LITERACY, 2005, Alexandria, Egito.
- Declaração de Alexandria sobre alfabetização informacional e a aprendizagem ao longo da vida:** Faróis para a Sociedade da Informação. Alexandria, Egito: Unesco, 2005. Disponível em:
<https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/wsis/Documents/beaconinfsoc-pt.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- NEIVA, Elaine Rabelo; MAURO, Túlio Gomes. Atitude e mudança de atitudes. In: TORRES, Cláudio Vaz; NEIVA, Elaine Rabelo (Orgs.). **Psicologia social:** principais temas e vertentes. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- OLIVEIRA, Paulo; LACERDA, Juarez. Habilidades e competências desejáveis aos profissionais de inteligência competitiva. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 2, p. 46-53, maio/ago. 2007. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ci/a/ZssZD68swKWFYtQdR6dqrqN/citation/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Princípios de Yogyakarta.** 2007. Disponível em:
http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.
- ORTEGA, Cristina Dotta. Surgimento e consolidação da Documentação: subsídios para compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. esp., p. 59-79, 2009. Disponível em:
<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/899/626>. Acesso em: 15 jun. 2024.
- PEDRA, Caio Benevides. **Cidadania trans:** o acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil. Curitiba: Appris, 2020.

- REIS, Toni (Org.). **Manual de comunicação LGBTI+**. 2. ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/Gay Latino, 2018. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- RIGHETTO, Guilherme Goulart; VITORINO, Elizete Vieira. **#TRANSliteracy: Competência em Informação voltada às pessoas trans***. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019. 264p.
- RIGHETTO, Guilherme Goulart; VITORINO, Elizete Vieira; MURIEL-TORRADO, Enrique. Competência em Informação no contexto da vulnerabilidade social: conexões possíveis. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 28, n. 1, p. 77-90, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/34735/19694>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- RODRIGUES, Aroldo. **Psicologia social para iniciantes**: estudo da interação humana. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- SAMPAIO, Angelo Augusto Silva. Skinner: sobre ciência e comportamento humano. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 25, n. 3, p. 370-383, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/RYLJ5RLYYncbcGs5fgkTtSL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- SANTANA, Leonardo. **O Estado Laico no confessionário**: o debate sobre a criminalização da homofobia e da transfobia. Curitiba: Appris, 2019. 163p.
- SEMINÁRIO DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO, 3., 2014, Marília. **Carta de Marília sobre Competência em Informação**. Marília: UNESP; UnB; IBICT, 2014. Disponível em: <https://labirintodosaber.com.br/wp-content/uploads/2018/02/labirinto-do-saber-carta-de-marilia.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- SETZER, Valdemar. Dado, informação, conhecimento e competência. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**, n. zero, dez. 1999. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/45629>. Acesso em: 3 jun. 2024.
- SILVA, André Luiz Avelino da; VALÉRIO, Erinaldo Dias. Não faça a “egípcia” em tempos de COVID 19: LGBTI+ competentes em informação. **REBECIN**, São Paulo, v. 7, número especial, p. 156-175, 2020. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/205/205>. Acesso em: 11 jun. 2024.
- SILVA, F. C. G.; GARCEZ, D. C. ; FEVRIER, P. R. ; ALVES, A. P. M. . Justiça Social e População Negra: um olhar teórico-crítico para Competência em Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 27, p. 129-162, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/40060>. Acesso em: 05 jun. 2024.
- SILVA, Redson dos Santos. **Corpos homossexuais e experiências normatizadoras**. Curitiba: Appris, 2018. 189p.
- SOUZA, Francisca Liliana Martins de; FARIA, Maria Giovanna Guedes. Vulnerabilidade social e mediação da informação no contexto prisional: inter-relações e percepções. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.

16, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1319/1201>. Acesso em: 1 jun. 2024.

TEIXEIRA, Emarianne Campanha. **Resiliência e vulnerabilidade social:** uma perspectiva para a educação sociocomunitária da adolescência. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

UNAIDS BRASIL. **Nascidos Livres e Iguais:** orientação sexual e identidade de gênero no Regime Internacional de Direitos Humanos. Brasília, DF: UNAIDS Brasil, 2013.

Disponível em:

https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Publications/BornFreeAndEqualLowRes_Portuguese.pdf. Acesso em: 19 maio 2024.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Construção do conhecimento em sala de aula.** 15. ed. São Paulo: Libertad, 2004.

VENTIMIGLIA, Rafael; MENEZES, Aline Beckmann. **LGBTfobia na escola:** possibilidades para o enfrentamento da violência. Curitiba: Appris, 2020. 131p.

VITORINO, Elizete Vieira; DE LUCCA, Djuli Machado (Orgs.). **As dimensões da Competência em Informação:** técnica, estética, ética e política. Porto Velho, RO: EDUFRO, 2020. 240p.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. **Competência em Informação:** conceito, contexto histórico e olhares para a Ciência da Informação. Florianópolis: Editora da UFSC, 2019. 205p.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. **Dimensões da competência informacional.** Ciência da Informação, Brasília, DF, v. 40, n. 1, p. 99-110, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1328/1507>. Acesso em: 10 jun. 2024.

WEITEN, Mayne. **Introdução à Psicologia:** temas e variações. 4. ed. abrev. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

ZATTAR, Marianna. Competência em mídia e em informação no ensino em biblioteconomia: um breve relato de experiência. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. esp., p. 272-279, jan./jul. 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/664/582>. Acesso em: 17 jun. 2024.

ZARIFIAN, Philippe. **O modelo da competência:** trajetória histórica, desafios atuais e propostas. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2003.

ZURKOWSKI, Paul G. **Information services environment realationships and priorities.** Related paper n. 5. Washington, D. C.: National Commission on Libraries and Information Science, 1974. Disponível em:
<https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED100391.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

The theoretical construction of a program aimed at the LGBTQIAPN+ population from the perspective of Information Literacy: the PDCIn-LGBTQIAPN+

Abstract: In Brazilian society, minority social groups, such as indigenous peoples, LGBTQIAPN+, people with disabilities, the black population, etc., may suffer from prejudice and/or discrimination for not being within socially imposed social standards and norms. From this perspective, the present work aims to theoretically materialize an Information Competence Development Program focusing on LGBTQIAPN+ people, with the aim of contributing to discussions and debates for future practices. The methodology, with a qualitative approach, consists of exploratory, bibliographic and documentary research. The program outlined in this work - Information Competence Development Program with a focus on LGBTQIAPN+ people - is unprecedented in Brazil, in addition to adding to efforts to reduce social inequalities, as well as combat social vulnerability, through educational and informational. It is hoped that it will be possible to generate concerns so that future research and practices can be carried out with this purpose.

Keywords: Information Literacy; Education; Citizenship; Information Science; LGBTQIAPN+ population.

Recebido: 23/06/2024

Aceito: 15/02/2025